Levantando interrogações sobre boa-fé de Maputo

Renamo critica discurso «agressivo»

DN 11/4/90

O DELEGADO da Renamo em Lisboa, Manuel Frank, qualificou de «agressivo»o discurso proferido pelo Presidente moçambicano Joaquim Chissano, no banquete de anteontem, no Palácio da Ajuda, o que contrastou com o tom «conciliador e apaziguador» utilizado por Mário Soares.

Manuel Frank disse que a Renamo era levada a interrogar-se sobre se a Frelimo estava de boa-fé no processo para a paz, uma vez que Chissano acusava aquele movimento de praticar terrorismo, o que fazia recordar 1984, em que, quando tudo levava a crer que iria haver paz em Moçambique, a Frelimo aumentou a sua agressividade, tanto em termos verbais, como físicos, com acções armadas.

Frank referia-se a alegados encontros secretos em Pretória, em Outubro de 1984, entre representantes de Maputo e da Renamo, movimento que o Governo moçambicano nunca reconheceu.

Todavia, acrescentou o delegado da Renamo, esta mantém o seu empenho na realização de negociações directas, mas não aceita o Malawi como local de encontro, justificando a sua preferência por Nairobi, por ter sido aqui «que foi iniciado o processo com a mediação dos bispos».

Para Manuel Frank, Portugal é também uma hipótese para local de conversações, «mas só em último caso». Já a data de 16 de Abril proposta por Maputo não constitui problema para a Renamo, que diz «estar pronta a negociar em qualquer altura».

Por último, o delegado da Renamo estranhou que Chissano, na mesma ocasião, falasse em eleições para 1991, com base num anteprojecto de revisão constitucional, a que contrapõe que a nova constituição moçambicana seja elaborada por uma assembleia constituinte eleita depois do restabelecimento da paz no país.

O Gabinete de informação e Opinião Publica da Juventude Centrista (JC), na sequência de declarações do primeiro-ministro Cavaco Silva, após a reunião de ontem com o Presidente Joaquim Chissano, divulgou um comunicado em que «lamenta profundamente a total ausência de ambição do Governo português em matéria de liderança do processo de paz em Moçambique», «recusando um papel fundamental que aí poderia assumir».

No documento, a JC refere ser levada a concluir que «ou o Governo não tem, na realidade, qualquer ambição em matéria de política externa, designadamente em relação aos países de expressão oficial portuguesa — e aí nada há a fazer —, ou então, saiu definitivamente derrotado de mais uma batalha diplomática, tendo por isso que forjar uma esfarrapada desculpa ao assumir perante os Portugueses que Portugal não quer liderar o processo de paz em Moçambique».